

ORTOGRAFIA, GENITIVO E COMPOSIÇÃO NA GRAMÁTICA DE ANCHIETA (1595): O CASO DE [M], [MB] E [P] NA LÍNGUA TUPINAMBÁ

MELYSSA CARDOZO SILVA DOS SANTOS*

Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem (PosLing), Universidade Federal Fluminense (UFF), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

LEONARDO FERREIRA KALTNER**


Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem (PosLing), Universidade Federal Fluminense (UFF), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.


Recebido em: 6 jun. 2022. Aprovado em: 2 ago. 2022.

Como citar este artigo: SANTOS, M. C. S. dos; KALTNER, L. F. Ortografia, genitivo e composição na gramática de Anchieta (1595): o caso de [m], [mb] e [p] na língua tupinambá. *Cadernos de Pós-Graduação em Letras*, v. 22, n. 3, p. 35-51, set./dez. 2022. doi: 10.5935/cadernosletras.v22n3p35-51

Resumo

O presente artigo vincula-se à Gramaticografia, uma das linhas de pesquisa da Historiografia da Linguística (HL) (SWIGGERS, 2013; 2019), e tem como objeto

* E-mail: cardozomelyssa@id.uff.br
 <https://orcid.org/0000-0003-0279-1611>

** E-mail: leonardokaltner@id.uff.br
 <https://orcid.org/0000-0003-3690-3132>

de estudos a obra *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil* (ANCHIETA, 1595), cujo autor é o missionário e humanista S. José de Anchieta (1534-1597). Temos por objetivo analisar o caso específico da alternância entre os fonemas [m], [mb] e [p], na língua indígena, e sua representação nas transcrições de Anchieta, o que está descrito nos quatro primeiros parágrafos do segundo capítulo da gramática (ANCHIETA, 1595, 2f-2v).

Palavras-chave

Fonética. Tupinologia. Linguística missionária.

ORTOGRAFIA, PRONÚNCIA E O MARCADOR DE POSSE NA GRAMÁTICA DE ANCHIETA

Este artigo vincula-se à apresentação de trabalho no evento *on-line* da *Abralin em Cena – Popularização da Linguística*, no ano de 2021, pela Associação Brasileira de Linguística (Abralin). O texto é resultado parcial do projeto *Regna Brasillica: o Brasil quinhentista à luz da Historiografia da Linguística*, desenvolvido no âmbito do Grupo de Pesquisas “Filologia, línguas clássicas e línguas formadoras da cultura nacional” (FILIC/CNPq) (KALTNER, 2016, 2022, 2019a, 2019b; KALTNER *et al.*, 2019; KALTNER; SANTOS, 2019). Por sua vez, o referido grupo está sediado no Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense, credenciado no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da mesma universidade.

O tema geral deste trabalho é a gramaticografia, isto é, a história da gramática, uma das linhas de pesquisa da Historiografia da Linguística (HL) (SWIGGERS, 2013; 2019; ALTMAN, 2019). Como tema específico, tem-se a “ortografia” na descrição da língua tupinambá, quanto aos fonemas [p], [m] e [mb], descritos por S. José de Anchieta, SJ (1534-1597) a partir de transcrição da língua indígena (RODRIGUES, 1958).

A descrição da língua tupinambá ocorreu em um círculo intelectual composto por intérpretes e missionários europeus da América portuguesa, no contexto intercultural euro-brasileiro do século XVI, como analisamos em estudos anteriores (KALTNER, 2020a, 2020b, 2020c, 2020d, 2020e; KALTNER; SANTOS, 2020). Como categoria de análise, valemo-nos do “pensamento

linguístico” (*linguistic thought*) (SWIGGERS, 2013, 2019) e como fonte primária da *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil* (ANCHIETA, 1595), cujo autor é o missionário e humanista Anchieta. Mais especificamente, nosso estudo tem por objetivo analisar a alternância dos fonemas [m], [mb] e [p], e seus valores específicos na língua tupinambá, como foi descrito pelo missionário, o que está registrado nos quatro primeiros parágrafos do segundo capítulo da gramática (ANCHIETA, 1595, 2f-2v).

Otto Zwartjes (2011) nota que os três primeiros capítulos da gramática de Anchieta apresentam inovações quanto ao modelo descritivo de base latina, pois o missionário registra controvérsias e casos específicos da língua indígena, sem apresentar uma teoria geral sobre a sua descrição gramatical. Zwartjes ainda cita os primeiros fatos linguísticos apresentados pelo missionário no segundo capítulo, justamente o agrupamento de fonemas e alofones representados por [m], [p] e [mb], tema que iremos aprofundar no artigo:

Do ponto de vista descritivo, os três capítulos sobre fonologia e ortografia têm muito pouco em comum com a gramática greco-latina tradicional. De fato, Anchieta tenta descrever algumas regras morfofonéticas importantes e sua descrição geralmente é bastante precisa. Um dos tópicos que nos chamou a atenção é o processo fonológico de pré-nasalização e os alofones [m], [p] e [mb] (ZWARTJES, 2011, p. 155, tradução nossa).³

Ao descrever, de modo geral, a “ortografia” da língua tupinambá, o missionário evidencia que o grupamento [m], [mb] e [p] oscila tanto em possíveis transcrições quanto na pronúncia da língua pelos indígenas. Enquanto [m] e [mb] são variantes linguísticas, a troca de [mb] pelo fonema [p] intervocálico possui um significado específico. Em alguns nomes, essa mudança de fonema é equivalente ao caso genitivo latino (FARIA, 1958), pelo fato de indicar a posse nas construções da língua. Modernamente, o fenômeno de [mb] passar a [p] é considerado um “ensurdecimento”, ou “desvoazemento”, quando o fonema [b] passa de sonoro para surdo, conforme seu par homorgânico [p], após a queda do [m].

Esse “metaplasmo”, notado por Anchieta no uso, isto é, em construções da língua tupinambá, é também um fato linguístico que o missionário descreve

3 From a descriptive point of view, the three chapters on phonology and orthography have almost nothing in common with traditional Greco-Latin grammar. In fact, Anchieta attempts to describe some important morphophonetic rules and his description is generally fairly precise. One of the topics which caught our attention is the phonological process of pre-nasalisation and the allophones [m], [p] and [mb].

em pormenores, devido a sua especificidade. O fenômeno ocorre com certos nomes substantivos em concordância com adjetivos e com pronomes possessivos. Por sua vez, essas construções também registram o significado de posse na língua indígena, o valor semântico do caso genitivo latino, que o missionário cita, como será explicado adiante.

Como Zwartjes (2011) notou, esse fenômeno é o primeiro fato linguístico descrito no segundo capítulo da obra (ANCHIETA, 1595, 2f), e a partir dele podemos entrever o modelo descritivo de Anchieta. Vejamos a fonte primária da gramática:

Da Orthographia ou pronunciação.

Cap. II.

P. M. mb. muitas vezes fe vião hũa por outra, desta maneira, q̃ as dições *in principio* tomadas *ab/olute* fe pronunciação com m. *vel*, mb. vt *Mó*, *vel mbó*, *Manus*. *Præcedente* o genitiuo, ou adiectiuo muda fe em P. vt *Pedro pó*, *Petri manus*, *Xépô*, *mea manus*. *Excipe*, *mbaê*, que nunca fe muda, vt *xémbaê*, *mea res*, *Pedro mbaê*, *Petri res* (ANCHIETA, 1595, 2f-2v).⁴

Nota-se que a descrição de Anchieta desse fato linguístico específico da língua tupinambá se dá sem uma introdução conceitual prévia, isto é, sem o desenvolvimento teórico. É antes uma nota, uma anotação de uma especificidade da língua indígena, que provavelmente trouxe controvérsias ao círculo intelectual de intérpretes e missionários na América portuguesa quinhentista, cujo tema central teria sido a transcrição de [p], [m] e [mb]. Anchieta parece especular como se demonstrasse uma formulação, ou uma regra específica para esses fonemas na transcrição da língua.

Esse tipo de organização da descrição gramatical, que se remete aos *articuli* teológicos, ocorre nos três primeiros capítulos da gramática. As regras apresentadas, em sucessão, lembram anotações de aula, ou o resultado de debates sobre controvérsias que são sintetizados pelo missionário mais do que, propriamente, um texto gramatical humanístico. Apenas a partir do quarto capítulo a gramática se apresenta pelo modelo de definição e exemplo.

⁴ Da ortografia ou pronúncia.
Capítulo II.

[p], [m] e [mb], muitas vezes se usam uma [forma] pela outra, desta maneira: as palavras no início [da oração] tomadas de forma absoluta se pronunciam com [m] ou [mb], como *mó*, ou *mbó*, mão. Precedendo o genitivo, ou adjetivo, muda-se em [p], como *Pedro pó*, a mão de Pedro, *Xépô*, minha mão. Excetuando-se *mbaê*, que nunca se muda, como *xémbaê*, minha coisa, *Pedro mbaê*, coisa de Pedro).

Anchieta foi o primeiro a gramatizar a língua dos indígenas de cultura tupinambá, porém, esse foi um trabalho coletivo inserido em uma comunidade intercultural. Ao mesmo tempo, a formação do missionário como humanista, em Coimbra, em seu círculo intelectual, pode justificar algumas de suas técnicas descritivas da língua indígena, como vemos na própria gramática (ASSUNÇÃO; FONSECA, 2005). Anchieta não era o único conhecedor da gramática humanística na América portuguesa da época, mas um dos únicos que a dominava a ponto de ensiná-la.

Em estudos anteriores, defendemos que o conceito ecolinguístico de “ecologia do contato de línguas” (COUTO, 2007, p. 283) poderia nos auxiliar na descrição do ideário linguístico de Anchieta. Um cenário de “ecologia de línguas em contato” se mostra patente na própria técnica descritiva do missionário, que alterna entre o vernáculo português, o latim humanístico e a língua tupinambá no decurso do mesmo texto. As três línguas compunham, portanto, o “ecossistema linguístico” em que atuavam os missionários quinhentistas e refletiam a sua rotineira tarefa de catequese intercultural na América portuguesa, que consistia na especulação plurilíngue.

Nessa tarefa de catequese intercultural, a tradução e adaptação de categorias de pensamento – e da gramática greco-latina – eram necessárias para a interação entre povos diversos situados no mesmo território. Assim, Anchieta parece buscar os pontos de divergência e convergência para descrever fatos linguísticos específicos e demonstrar categorias de abstração na língua indígena. O fato linguístico que se destaca, nesse excerto da obra de Anchieta, é a marca de posse, seja por contraste com o genitivo latino, seja pela equivalência do uso do pronome possessivo: “*Pedro pó, Petri manus, Xépò, mea manus*” (mão de Pedro, minha mão). Por analogia, a descrição do missionário sugere que a palavra mão pode ter três formas: *mó, mbó* – de maneira absoluta, equivalente a um nominativo latino – e *pó*, quando expressa o núcleo de um genitivo, ou é acompanhada por um adjetivo que marca a posse, como o pronome possessivo.

Culturalmente, a principal motivação da descrição desse fato linguístico por Anchieta, a noção abstrata de posse, parece demonstrar a equivalência do sistema linguístico dos povos indígenas com os sistemas linguísticos ocidentais, em um raciocínio indutivo, expresso pelo genitivo latino e pelo pronome possessivo. Possuíam os indígenas de cultura tupinambá a percepção de que “algo é de alguém”, ou “algo é meu”. No campo da especulação teológica, pela

tradução de conceitos interculturais na catequese, e mesmo para a gramática humanística, a noção cultural de posse, ou pertencimento, expressa pelo genitivo latino e pelo pronome possessivo, é um elemento fundamental na construção de uma visão de mundo, é um elemento de interação. Assim, o missionário está demonstrando como a oposição entre o fonema [b] e [p] marca a mudança de significado entre *mbó* (mão) e *pó* (mão de).

A única palavra invariável apresentada no excerto é *mbaê*, substantivo com significado indefinido, que possui o valor universal de *res* (coisa ou algo). Esse termo é de grande importância também para a especulação filosófica, sobretudo para a abstração de outros nomes, e mesmo para a criação de neologismos na língua indígena. Dessa forma, o missionário apresenta informações específicas, mas úteis no clima intelectual da América portuguesa quinhentista, pois são informações necessárias a outros missionários e intérpretes, além de um fenômeno específico de ortografia. É provável que a descrição desse fato linguístico específico se desse pelo confronto da língua indígena com a transcrição feita por outros missionários, a que Anchieta teve acesso. O missionário registra a resolução de uma provável controvérsia surgida em transcrições diferentes.

Anchieta viveu e atuou entre os indígenas de cultura tupinambá na capitania de São Vicente – alguns deles aliados aos portugueses no contexto histórico e cultural da colonização do Brasil. A descrição linguística da língua tupinambá feita por Anchieta é um dos principais registros coloniais da língua mais usada à época na costa do Brasil, mas não se circunscreve à capitania de São Vicente, em que viveu. Podemos, portanto, inferir que Anchieta provavelmente teve acesso a um material proveniente de toda a costa da colônia, a fim de escrever sua gramática, um acervo atualmente perdido (RODRIGUES, 1986, 1958). Logo, essa descrição linguística, que se desenvolveu no clima intelectual do missionário, pode ser interpretada por uma “adequação teórica” (KOERNER, 1996) para que seja interpretada conforme os métodos de especulação da época quinhentista.

Nesse aspecto, o pensamento linguístico de Anchieta é também objeto de estudos da Linguística Missionária (ZWARTJES, 2011), tendo em vista que a intelectualidade da América portuguesa quinhentista era formada, sobretudo, por missionários com formação humanística. Esses missionários humanistas compunham um círculo intelectual na colônia ultramarina, que se formava como uma “comunidade argumentativa” (BATISTA, 2019, p. 12) em interação com intérpretes, colonos e indígenas, constituindo um ecossistema

linguístico multicultural. Com formação teológica, os missionários adotavam, muito provavelmente, a escolástica em seus debates especulativos, ainda que a obra resultante fosse uma gramática humanística da língua indígena.

Podemos nos valer, portanto, do conceito de grupos de especialidade para esse círculo intelectual de missionários, com formação escolástica e humanística, conforme Ronaldo Batista (2019, p. 12-13):

Os saberes estão circunscritos a comunidades argumentativas: todo linguista, gramático e filólogo que escreve e reflete sobre a linguagem e as línguas se filia a uma corrente de pensamento de sua época, ou de outras épocas, percebendo, desse modo, a grupos de especialidade (*theory groups*), cujos membros compartilham da mesma ideia de como se deve entender a linguagem e seus fenômenos.

A percepção de Anchieta sobre a “ortografia” – tema geral do segundo capítulo de sua gramática – deriva da tradição da gramática humanística, herdeira da tradição greco-latina. A ortografia é um dos quatro sistemas da gramática humanística, é, pois, o sistema cuja unidade mínima é a letra, conforme gramáticos como João de Barros, autor da *Gramática da língua portuguesa* (BARROS, 1540), uma das prováveis fontes de Anchieta. Como o missionário não define o conceito de ortografia, acreditamos que a circulação de obras gramaticais não deveria ser incomum entre os missionários na América portuguesa quinhentista, logo a gramática de Anchieta não era estudada como um livro isolado. Já o fato de Anchieta fazer a sua descrição linguística no vernáculo português nos sugere que os conceitos empregados se referem a gramática humanística da língua portuguesa, como a obra de Barros.

Como método de análise do pensamento linguístico de Anchieta, em relação à ortografia da língua indígena, podemos comparar a definição de ortografia na gramática de João de Barros (BARROS, 1540) com a descrição do missionário. Barros descreve o vernáculo português especificamente em sua gramática, e possui também um capítulo dedicado ao tema. Modernamente, o tema da ortografia está vinculado à categoria descritiva da “ortoepia” (BECHARA, 2009, p. 84), que descreve a relação entre a escrita – pautada na etimologia – e a pronúncia. A ortografia é uma das bases da “gramatização” de qualquer sistema linguístico (AUROUX, 1992).

Como Zwartjes (2011) notou, Anchieta não tratou somente da ortografia no segundo capítulo de sua gramática, o que nos leva a acreditar que, por não

delimitar o tema de discussão na gramática, os fatos linguísticos apresentados sejam resoluções de controvérsias da época. No segundo capítulo da gramática do missionário, há a descrição de fatos linguísticos sobre a ortografia que se relacionam, por exemplo, à morfologia verbal e à sintaxe nominal:

O primeiro capítulo é intitulado “das letras”, e o segundo “Da orthographia ou pronúncia”, mas na verdade encontramos também regras de pronúncia no primeiro capítulo sobre ‘letras’, e o valor das “letras Ca, Co, Cu/Ga, Go, Gu” também é explicado no segundo capítulo. Um iniciante familiarizado com a gramática latina não esperará nesta seção da gramática um subparágrafo intitulado “Nos praeteritos”, tópico geralmente descrito no capítulo dedicado ao verbo [...].⁵ (ZWARTJES, 2011, p. 154-155, tradução nossa).⁵

Note-se que a “ortografia” era, originalmente, uma categoria descritiva derivada da etimologia (BARROS, 1540), o que vinculava a escrita de vocábulos de uma dada língua a uma tradição de escrita anterior. No caso do vernáculo português, essa tradição escrita derivava da gramática latina, que encontramos em autores quinhentistas como Duarte Nunes Leão (BUESCU, 1984). Anchieta, no entanto, evidencia que a ortografia da língua indígena tupinambá estava vinculada ao início de um novo processo de gramatização, e nesse aspecto o capítulo de sua gramática também abarca a pronúncia, com a rotulagem: *Da ortografia ou pronúnciação*. Logo o missionário demonstra ser impossível descrever a língua tupinambá apenas por critérios etimológicos, já que era uma língua até então ágrafa.

A técnica que o missionário adota para a transcrição de vocábulos da língua indígena é uma “adaptação” (SWIGGERS, 2013) da ortografia da língua portuguesa, de base gramatical latina, na descrição específica da pronúncia da língua tupinambá. A gramática de Anchieta é contrastiva nesse aspecto. Logo, nesse sentido, o vernáculo português atua como superestrato (CAVALIERE, 2001, 2012) para a transmissão de uma tradição letrada e humanística na adoção da escrita na língua indígena pelos missionários, como demonstramos em alguns outros pormenores sobre o caso de [m], [mb] e [p], nos parágrafos 11 a 13 da obra (ANCHIETA, 1595).

5 The first chapter bears the title “das letras”, and the second “Da orthographia ou pronúnciação”, but in fact we find also rules concerning pronunciation in the first chapter on ‘letters’, and the value of the “letters Ca, Co, Cu/Ga, Go, Gu” is also explained in the second chapter. A beginner familiar with Latin grammar will not expect in this section of the grammar a sub-paragraph entitled “Nos praeteritos”, a topic usually described in the chapter devoted to the verb [...].

O CONCEITO DE ORTOGRAFIA EM JOÃO DE BARROS E A GRAMÁTICA DE ANCHIETA

João de Barros (1540) define da seguinte forma o que é ortografia:

Esta paláura, Orthografia, e grega: queŕ dizer ciência de eŕcreuer dereitamente. E dádo que no princípio onde ŕe tráta da letera ouueramos de proŕeguir na Orthografia, quiŕemos leuár a órdem dos artistas, e nam dos grammáticos eŕspeculatiuos: por que nóŕa tençám e fazer algũ proueito aos mininos que por esta árte aprenderem, leuando ôs de lęue a gráuê, e de pouco a mais (BARROS, 1540, p. 40f).

A transcrição da gramática de Barros encontra-se também na *Tycho Brahe Platform* da Universidade de Campinas. A partir dessa fonte, uma questão que se levanta é se Anchieta, e os outros missionários da América portuguesa quinhentista, eram conhecedores da definição do humanista. Caso conhecessem, não era necessário que constasse na gramática da língua indígena, pois seria redundante. A citação de obras não era algo comum também no clima intelectual da época. Resta-nos advogar pelo “argumento da influência” (KOERNER, 1996; BATISTA, 2019) para comparar a gramática humanística de Barros com a gramática missionária de Anchieta.

O sistema de letras da língua portuguesa foi delimitado pela ortografia em uma tradição de escrita, isto é, foi etimológico, com uma base tradicional greco-latina. Já a gramatização de uma língua ágrafa, como a língua tupinambá quinhentista, consistiu na sistematização de uma nova ortografia, o que Anchieta apresenta no capítulo de sua gramática. Logo, é compreensível que o missionário não precisasse descrever as regularidades da língua indígena em contraste com a língua portuguesa, pois o que era comum a ambos os sistemas não precisaria ser descrito. Por isso, o capítulo da gramática de Anchieta se inicia com um fenômeno específico, e controverso, da língua tupinambá: os fonemas [mb], no início de vocábulos.

O conceito de ortografia adotado por Anchieta ao descrever a língua indígena no século XVI deriva do clima intelectual humanístico, logo é uma possível retomada do pensamento linguístico de humanistas como João de Barros, que definiam a ortografia como uma técnica de transcrição da fala. Todavia, o missionário é também inovador pela adaptação dos caracteres usados na

gramática da língua portuguesa para transcrever a língua indígena, até então ágrafa. Ao mesmo tempo, Anchieta buscou, provavelmente, sistematizar transcrições feitas por intérpretes e missionários anteriores a ele na América portuguesa, ao longo de décadas. Seu sistema ortográfico para a língua tupinambá apresenta uma dialética entre continuidades e discontinuidades, contrastando a língua indígena com a tradição ortográfica latino-portuguesa.

A ortografia, considerada a primeira parte da gramática humanística, não se restringiu às línguas europeias na expansão da política missionária. A inovação de missionários como Anchieta era a descrição de línguas extraeuropeias, da África, Ásia e América. Logo, adoção de uma ortografia para essas línguas era uma tarefa fundamental e base de todo o processo de gramatização. Anchieta optou por utilizar o vernáculo português como superestrato, não se valendo apenas do latim humanístico nesse processo, em outros casos o castelhano foi empregado, por missionários na América espanhola (ZWARTJES, 2011).

Porém, além do português e do castelhano, a alfabetização quinhentista também ocorria em latim humanístico, logo o contraste se dava por uma base latino-portuguesa, como vimos no primeiro excerto analisado. A terminologia da gramática latina, como genitivo, ou mesmo “nomes em forma absoluta”, como nominativo, era corrente no ensino de construções oracionais pelos humanistas e missionários, no século XVI, mesmo João de Barros adota a metalinguagem latina na descrição do português (BARROS, 1540).

Por fim, um fato interessante na definição de “ortografia” de João de Barros é a diferenciação que faz entre os humanistas e os escolásticos: “quifemos leuár a ordem dos artistas, e nam dos grammáticos especulatiuos” (BARROS, 1540). Assim, a gramática humanística era considerada uma arte, uma técnica pedagógica, enquanto a gramática especulativa era considerada uma obra filosófica, em termos modernos. Barros defende que a gramática humanística deve ser sucinta, mas isso não significa que os humanistas não soubessem especular, sobretudo os missionários como Anchieta. Acreditamos que os missionários apenas não registravam nas suas obras as especulações filosóficas que os levavam ao conhecimento linguístico e à descrição das línguas, como o tupinambá, mas desenvolviam esse processo de especulação racional sobre os fatos linguísticos, inclusive pelo método da escolástica.

OUTROS FENÔMENOS COM [M], [MB] E [P]: CONSONANTISMO E GENITIVO DE MATÉRIA

Além dos exemplos nominais, com os substantivos *mbó/pó* (mão) em que vimos o ensurdecimento do fonema [b], que passa a [p], e o caso específico de *mbaê*, (coisa) invariável, Anchieta apresenta o fenômeno reverso: a sonorização de [p] em [b]. A sonorização é um metaplasmo mais comum nas línguas românicas, como na formação da língua portuguesa, quando um fonema surdo intervocálico é sonorizado, como no par *lupus/lobo*. A sonorização na língua tupinambá não possui um valor semântico específico, mostrando apenas a alteração do fonema, conforme apresentado no décimo primeiro parágrafo da gramática: “¶ Da mesma maneira o P. *in medio dictionis*, fica em mb: posto *absolute in principio*, vt *Apâ*, acabome, *Mbába*, acabamentoo, *pro Pába*, etc.” (Da mesma maneira, o [p] no meio da palavra torna-se [mb], posto em absoluto no início, como *Apâ*, eu me acabo, *Mbába*, acabamentoo, em vez de *Pába* etc.) (ANCHIETA, 1595, 2v).

Assim, *Apâ* passa a *Mbába*, em vez de *Pába*, logo a alternância se dá entre [p] e [mb], o primeiro medial, o segundo item no início do vocábulo. O “etc” na descrição de Anchieta denota que o fenômeno é regular, ao substituir-se o [p] intermedial em [mb] inicial em outros vocábulos da língua. Ao mesmo tempo, o missionário demonstra como um termo derivado pode surgir, com o exemplo de um verbo que se transforma em um substantivo abstrato.

Para a descrição linguística dos humanistas, pautada nas categorias aristotélicas, a derivação é um dos processos de criação de vocábulos abstratos na língua, e o par *Apâ – Mbába* demonstra como esse processo lógico é encontrado também no pensamento dos indígenas tupinambá. Navarro descreve a forma *mbaba* como a forma absoluta do verbo *pab/mbab* (NAVARRO, 2013), o que equivale a um infinitivo substantivado. Esse recurso de derivação teria permitido aos missionários abstrair novos termos, pela lógica especulativa, a partir de verbos da língua indígena. Os novos termos criados na língua seriam necessários à compreensão de categorias abstratas de pensamento.

Na sequência da gramática, Anchieta por fim especula sobre uma regra ortográfica que deveria estar em debate em sua época, se o [b] poderia iniciar vocábulos sem o [m]. O missionário argumenta que não é possível iniciar-se vocábulo na língua tupinambá com [b]:

¶ Conforme a ilto nunca se pronuncia B. *in principio dictionis* sem m. & poito que por jncuria se efcreueffe sem m. sempre se lhe ha de prepôr, vt pro *Baê*, dizse, *Mbaê*, porque precedente o genitiuo, ou adiectiuo não he soffriuel pronunciar-se sem m. vt *xébaê*, senão *xembaê*: ou se ha de pronunciar, m. fomentes, vt *maê*, *mobi* ^ê, vel, *mbobi* ^ê, *morú*, l. *mború*, etc.

¶ No meyo da dição tambem se poem, b. *pojt*, m. & he mais cômum pronunciação como nos verbaes, *Timára*, *Timàba*, *Timbára*, *Timbába*.

Nos verbos compoitos com, e. *in fine*, vt *Acêm*, *Acemê*, *Acembê*.

Em nomes compoitos, nos quaes se tira a vltima vogal do primeiro, vt *nhauúma*, barro, *oca*, casa, *nhauúmóca*, *nhauúmbóca*, casa de barro (ANCHIETA, 1595, 2v).⁶

Anchieta reafirma o fato de que [b] não se pronuncia no início de vocábulos, e apresenta dois exemplos novos: “*mobi* ^ê, vel, *mbobi* ^ê, *morú*, l. *mború*” (*moby* ou *mboby*, alguns, quantos; *morú*, ou *mború*, pedir emprestado). O significado de *mboby*: “alguns”, enquanto substantivo, e “quantos”, enquanto pronome, encontra-se no dicionário de Navarro, com grafia atualizada (NAVARRO, 2013, p. 270), a mesma lição de Platzmann, que apresenta o pronome em alemão *wie viele*, já o verbo *morú* é encontrado em Platzmann como *sorgen* (pedir emprestado) (PLATZMANN, 1874, p. 4). Anchieta demonstra que o fenômeno fonético ocorre tanto em substantivos quanto em verbos.

Para apresentar o fenômeno nos nomes derivados de verbos, Anchieta cita os seguintes paradigmas: “como nos verbaes, *Timára*, *Timàba*, *Timbára*, *Timbába*” (como os nomes derivados de verbos *Timára*, *Timbára*, os sepulcros, e *Timàba*, *Timbába*, a sepultura). A tradução dos vocábulos se dá pela gramática de Platzmann (1874, p. 4): *Der Gräber* e *Das Grab* (sepulcros, sepultura), encontramos o verbo *tym* (sepultar) em Navarro (2013, p. 486). Podemos notar que Anchieta buscava evidenciar que nos nomes derivados de verbos também havia a ocorrência da permuta entre [m] e [mb].

Por fim, quanto a esse fenômeno, o missionário apresenta a última construção morfológica específica da língua: os verbos e nomes compostos.

6 (Quanto a isto, a passagem de [p] a [mb], nunca se pronuncia [b] no princípio da palavra sem [m], e posto que é um descuidado se alguém escrever sem m. Sempre se há de colocá-lo antes, como *Baê*, se diz *Mbaê*, porque precedendo o genitivo, ou adjetivo, não é passível pronunciar-se sem o [m], como *xébaê*, senão *xembaê*, ou se deve pronunciar o [m] somente, como *maê*; também *mobi* ^ê, ou *mbobi* ^ê, *morú*, ou *mború* etc.

No meio da palavra também se põe [b] depois de [m], e é a pronúncia mais comum, como nos verbos: *Timára*, *Timàba*, *Timbára*, *Timbába*. Nos verbos compostos com e, no final, como *Acêm*, *Acemê*, *Acembê*.

Em verbos compostos com e, no final, como *Acêm*, *Acemê*, *Acembê*. Em nomes compostos nos quais se tira a última vogal do primeiro, como *nhauúma*: barro; *oca*: casa; *nhauúmóca*, *nhauúmbóca*, casa de barro).

Quanto aos verbos compostos, o fenômeno só ocorre em verbos terminados em [e], já em nomes compostos ocorre quando se tira a última vogal do primeiro nome substantivo. Note-se que a composição de nomes retoma a relação entre nominativo e genitivo, apresentada nos primeiros exemplos, dessa vez com um genitivo de matéria (FARIA, 1958). Vejamos os exemplos.

No caso dos verbos compostos, Anchieta apresenta a seguinte fórmula: “Nos verbos compoiftos com, e. in fine, vt *Acêm, Acemê, Acembê*” (nos verbos compostos com e no final, como *Acêm*, eu saio de, mudo-me, *Acemê, Acembê*, eu saio de livre vontade). O missionário demonstra que a forma composta do verbo: *Acemê*, passa a *Acembê*, cujo significado “eu saio de livre vontade” encontramos em Platzmann e Navarro. Logo ocorre o acréscimo do [b], antecedendo o [m] intervocálico. A composição do verbo se dá com a partícula *ê* posposto ao verbo *Acêm*, “eu saio”. Essa partícula foi traduzida como “de livre vontade” (*aus freien Stücke*) por Platzmann (1874), nesse contexto linguístico, Navarro (2013), por sua vez, apresenta diversos valores à partícula.

A última construção apresentada por Anchieta é a composição nominal. Há uma retomada do valor sintático do genitivo, sendo, dessa vez, exemplificadas construções com o significado relativo ao genitivo de matéria: “Em nomes compoiftos, nos quaes se tira a vltima vogal do primeiro, vt *nhauúma*, barro, *oca*, cafa, *nhauúmóca, nhauúmbóca*, cafa de barro” (Em nomes compostos nos quais se tira a última vogal do primeiro, como *nhauúma*: barro; *oca*: casa; *nhauúmóca, nhauúmbóca*, casa de barro). Note-se que Anchieta apresenta uma gradação na composição do nome: *nhauúma* (barro) e *oca* (casa) ao se aglutinar formam o nome substantivo composto *nhauúmóca* (casa de barro), e, após essa formação, o [m] intervocálico passa a [mb], com a forma final: *nhauúmbóca*. Dessa forma, indiretamente, o [mb] marca a composição nominal. Contudo, o missionário demonstra como a organização do pensamento se dava na língua indígena, em que a aposição de termos, como “barro e casa”, teria o significado de “casa de barro”, expresso em latim pelo genitivo de matéria.

CONCLUSÃO

Como gramático humanista e com provável formação escolástica, Anchieta partia não só dos princípios da gramática humanística, mas também da

lógica, para gramatizar a língua tupinambá. O princípio aristotélico de que as línguas possuem mais regularidades do que irregularidades permitiu a descrição linguística por regras gramaticais pelos humanistas. A regularidade das línguas para os humanistas e missionários possuía um significado conceitual próximo do que Saussure rotularia, modernamente, como estrutura da língua.

A gramática de Anchieta é bem sintética, porém, sua estruturação está vinculada a uma sequência racional de exposição de fatos linguísticos, em um sistema de pensamento. A descrição da língua indígena é de natureza lógica e mesmo silogística. Os excertos que analisamos demonstram como os sons [p], [m] e [mb] possuem especificidades no sistema linguístico da língua tupinambá, tendo sido um tópico avançado para os missionários que aprendiam a língua, e eram conhecedores da gramática humanística no século XVI.

Causa estranheza ao leitor moderno, como nota Zwartjes (2011), esse fato linguístico tão específico estar no segundo capítulo da obra. Não sabemos se Anchieta organizou a gramática dessa forma, com essa sequência, pois, se compararmos com João de Barros, podemos notar que o capítulo de ortografia é um dos capítulos finais da *Gramática da língua portuguesa* (1540). Contudo, é possível que esses capítulos iniciais da gramática de Anchieta fossem a argumentação do missionário em debates que ocorriam nos círculos intelectuais de missionários que estavam gramatizando a língua na América portuguesa. Anchieta poderia estar se posicionando quanto a temas controversos para a transcrição da língua indígena à época, e a ênfase nesses temas era a sua defesa de hipóteses para a transcrição da língua tupinambá, por exemplo.

A gramática de Anchieta é o principal registro do desenvolvimento do pensamento linguístico na América portuguesa quinhentista, seu estudo sistemático pelo naturalista oitocentista Julius Platzmann e por tupinólogos na modernidade fornece material de pesquisa para a HL descrever o pensamento linguístico do missionário. Com este artigo, buscamos contribuir com o desenvolvimento de uma interpretação historiográfica crítica do pensamento linguístico no contexto aqui discutido, também pela difusão da Linguística Missionária no cenário acadêmico do Brasil. Este texto integra os esforços para o desenvolvimento de uma história do pensamento linguístico no Brasil pelos fundamentos teórico-metodológicos da HL.

Spelling, genitive, and composition in the grammar of Anchieta (1595): the case of [m], [mb], and [p] in the Tupinambá language

Abstract

This article is the result of a work presentation at the online conference Abralín em Cena – Popularização da Linguística conference, in 2021, by the Brazilian Association of Linguistics (Abralín). The text is linked to Grammaticography, the history of grammar, one of the research fields of the Historiography of Linguistics (HL) (SWIGGERS, 2013, 2019). The corpus studied here is the Grammar Art of the most used language on the coast of Brazil (ANCHIETA, 1595), whose author is the missionary and humanist S. José de Anchieta, SJ (1534-1597). We aim to analyze the specific case of the alternation between the phonemes [m], [mb], and [p] in the indigenous language, and its representation in Anchieta's transcriptions, which are described in the first four paragraphs of the second chapter of the grammar (ANCHIETA, 1595, 2f-2-2v).

Keywords

Phonetics. Tupinology. Missionary Linguistics.

REFERÊNCIAS

ALTMAN, C. História, estórias e historiografia da linguística brasileira. In: ALTMAN, C. et al. *Historiografia da Linguística*. São Paulo: Contexto, 2019. p. 19-44.

ANCHIETA, J. de. *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*. Coimbra: Antônio de Mariz, 1595.

ASSUNÇÃO, C.; FONSECA, M. do C. A arte de Grammatica da Lingoa mais usada na costa do Brasil, de José de Anchieta, no quadro da gramaticalização de vernáculos europeus. In: RIO-TORTO, G. M. et al. (coord.). *Estudos em homenagem ao Professor Doutor Mário Vilela*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005. p. 161-176.

AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. Tradução Eni Puccinelli. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.

BARROS, J. de. *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa: Luís Rodrigo, 1540.

- BATISTA, R. de O. Historiografia da Linguística e um quadro sociorretórico de análise. In: ALTMAN, C. et al. *Historiografia da Linguística*. São Paulo: Contexto, 2019. p. 81-114.
- BECHARA, E. *Moderna gramática da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BUESCU, M. L. C. *Historiografia da Língua Portuguesa*. Século XVI. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1984.
- CAVALIERE, R. S. Anchieta e a língua falada no Brasil do século XVI. *Revista Portuguesa de Humanidades*, v. 5, n. 1-2, p. 11-21, 2001.
- CAVALIERE, R. S. Gramaticografia da língua portuguesa no Brasil: tradição e inovação. *Limite*, n. 6, p. 217-236, 2012.
- COUTO, H. H. *Ecolingüística: Estudo das relações entre língua e meio ambiente*. Brasília, DF: Thesaurus Editora, 2007.
- FARIA, E. *Gramática Superior da Língua Latina*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1958.
- KALTNER, L. F. As ideias linguísticas no discurso De Liberalium Artium Studiis (1548). *Confluência*, n. 56, p. 197-217, 2019a.
- KALTNER, L. F. Latin in colonization of sixteenth century Brazil. *Cadernos de Letras da Uff*, v. 26, n. 53, p. 39-60, 2016.
- KALTNER, L. F. Monumenta Anchieta à luz da Historiografia Linguística: o trabalho filológico de Pe. Armando Cardoso, SJ (1906-2002). *Cadernos de Linguística da Abralín*, ano 1, n.1, p. 1-15, 2020a.
- KALTNER, L. F. O Brasil quinhentista e a Historiografia Linguística: interfaces. *Cadernos do CNLF (Cifefil)*, n. 23, p. 424-439, 2019b.
- KALTNER, L. F. *O pensamento linguístico de Anchieta e de Carl von Martius: estudos historiográficos*. Ponta Grossa: Atena Editora, 2020b.
- KALTNER, L. F. Por uma edição crítica da gramática de Anchieta (1595). *Revista Philologus*, Rio de Janeiro, ano 26, n. 76, v. 2, p. 717-731, set./dez. 2020c.
- KALTNER, L. F. Regna Brasillica: contextualização da Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil (1595). *Revista da Abralín*, n. 19, p. 1-25, 2020d.
- KALTNER, L. F. The Grammar Corpus in the Horizon of Retrospection of S. José de Anchieta, SJ (1534-1597). *Global Journal of Human-social Science: G Linguistics & Education*, n. 20, p. 37-44, 2020e.
- KALTNER, L. F. The place of Anchieta's Grammar in the history of linguistic thought in Brazil. *Cadernos de Linguística*, v. 2, n. 1, p. e610, 2022. Disponível em: <https://cadernos.abralin.org/index.php/cadernos/article/view/610>. Acesso em: 14 fev. 2022.

- KALTNER, L. F.; SANTOS, M. C. S. Schola Aquitanica e a gramática de Despauterius: intertextualidades. *Revista Philologus*, Rio de Janeiro, n. 76, v. 2, p. 750-759, 2020.
- KALTNER, L. F.; SANTOS, M. C. S.; TEIXEIRA, V. L. Gaspar da Índia: o língua e o Brasil quinhentista. *Confluência*, n. 57, p. 9-35, 2019.
- KALTNER, L. F.; SILVA, S. C. S. Gramáticas e gramaticografia: uma análise pela Historiografia Linguística. *Revista Philologus*, ano 25, v. 2, n. 75, p. 1564-1572, set./dez. 2019.
- KOERNER, K. Questões que persistem em Historiografia da Linguística. *Revista da Anpoll*, n. 2, p. 45-70, 1996.
- NAVARRO, E. de A. *Dicionário de Tupi Antigo*. São Paulo: Global, 2013.
- PLATZMANN, J. *Grammatik der Brasilianische Sprache*. Leipzig: Teubner, 1874.
- RODRIGUES, A. D. *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Edições Loyola, 1986.
- RODRIGUES, A. D. *Phonologie der Tupinambá-Sprache*. 1958. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Filosofia, Universidade de Hamburgo, 1958.
- SWIGGERS, P. A historiografia da linguística: objeto, objetivos, organização. *Confluência*, n. 44-45, p. 39-59, 2013.
- SWIGGERS, P. Historiografia da Linguística: princípios, perspectivas e problemas. In: ALTMAN, C. et al. *Historiografia da Linguística*. São Paulo: Contexto, 2019, p. 45-80.
- ZWARTJES, O. *Portuguese Missionary Grammars in Asia, Africa and Brazil, 1550–1800*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 2011.